



Deputados entregam no Tribunal Constitucional pedido de fiscalização sucessiva de mapa judiciário

07 de Abril de 2009

Aveiro, 07 Abr (Lusa) - Uma delegação de deputados, entre os quais os comunistas António Filipe, João Oliveira e a bloquista Helena Pinto, entrega quarta-feira de manhã no Tribunal Constitucional o pedido de fiscalização da constitucionalidade sucessiva do novo mapa judiciário.

Em declarações à Lusa o deputado do PCP António Filipe adiantou que a iniciativa surge na sequência de uma proposta do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público que "o PCP dinamizou e os outros partidos acolheram".

O pedido de fiscalização conta com as assinaturas dos onze deputados do PCP, dois do Partido "Os Verdes", oito do Bloco de Esquerda, dos dois deputados não inscritos, Luísa Mesquita e José Paulo de Carvalho, do deputado socialista Manuel Alegre, e de quatro deputados do MPT e do PPM na bancada do PSD.

Em causa está "a violação da autonomia interna do Ministério Público que implica um estatuto de quase inamobilidade dos magistrados", o que segundo António Filipe "viola a Constituição que prevê maior estabilidade na atribuição de funções".

O novo mapa judiciário, que foi aprovado no Parlamento apenas com os votos favoráveis do PS, foi publicado em Diário da República no passado dia 26 de Janeiro.

O diploma altera o modelo de organização própria dos tribunais e transforma os actuais 231 tribunais de comarca em 39 circunscrições.

JH/SF/JZT

Lusa/fim